

DOSSIÊ DOSSIÊ TARCISIO TARCISIO

A FALÁCIA DO “BOM GESTOR”

UMA ANÁLISE DA LIDERANÇA DO PT NA ALESP

MARÇO 2026

Publicação da Liderança do Partido dos Trabalhadores da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

EXPEDIENTE

Parlamentares da Legislatura 2023-2026

Ana Perugini
Beth Sahão
Donato
Dr. Jorge do Carmo
Eduardo Suplicy
Enio Tatto
Emídio de Souza
Leci Brandão
Luiz Claudio Marcolino
Luiz Fernando Teixeira Ferreira
Márcia Lia
Maurici
Paulo Fiorilo
Professora Bebel
Reis
Rômulo Fernandes
Simão Pedro
Teonilio Barba
Thainara Faria

Líder da bancada: Deputado Donato

Chefe de gabinete: Cida Pérez

Produção de conteúdo: Assessoria técnica
da Liderança

Consolidação: Ana Camila Miguel e Branislav
Kontic

Equipe de comunicação: Rosário Mendez,
Geovana Oliveira e Mônica Cristina Araújo Lima
Horta

Projeto gráfico e editoração: Fernando
Duarte Caldas

Março de 2026

Caras companheiras e caros companheiros,

Iniciamos o último ano desta legislatura com um balanço que reverencia a história do Partido dos Trabalhadores e de todas as bancadas que nos antecederam nesses 46 anos de luta. Nos últimos três anos promovemos na Assembleia Legislativa de São Paulo um combate sem tréguas às políticas regressivas e reacionárias do governo bolsonarista de Tarcísio de Freitas.

Encerro meu mandato como Líder desta bancada orgulhoso de nossas decisões coletivas, que primaram pela defesa das convicções históricas do PT, pela celebração da democracia, da tolerância e da luta permanente pela igualdade social.

Procuró neste trabalho entregar ao meu sucessor e a toda bancada uma síntese das principais fraudes deste governo como subsídio à dura campanha eleitoral que se aproxima, em que iremos reeleger o presidente Lula e buscar a vitória ao governo de São Paulo. Bons argumentos para desmontar o engodo que foi esta gestão Tarcísio nos ajudarão também a ampliar nossa representação na ALESP e na Câmara Federal.

Agradeço a contribuição de todas e todos de nossa aguerrida bancada. Sou grato à nossa equipe da Liderança assim como a todos os companheiros e companheiras do PT, simpatizantes e movimentos sociais que nos ajudaram com subsídios e com a sua mobilização.

Minha gratidão pelo apoio e prontidão das companheiras e companheiros de bancada.



Donato

INTRODUÇÃO

O governo Tarcísio de Freitas é uma fraude. Manipula e infla dados para construir uma imagem de gestor eficiente em contradição com a realidade de seu governo.

Seu marketing vende uma imagem de bom gestor, mas os fatos denunciam uma situação carente de entregas estruturantes, de consistência fiscal e de justiça social.

Tarcísio exhibe números sofríveis em investimentos, no equilíbrio fiscal e ainda os mascara com manobras contábeis. Sua gestão inventa ampliação de vagas no ensino técnico e profissional, mente sobre a abertura de novos leitos hospitalares, propõe um programa social de alcance irrisório, distorce e se apropria de

entregas habitacionais que não são realizadas por seu governo.

Quando realiza, provoca desastres, como no agravamento da crise da segurança pública e das polícias, nas concessões rodoviárias, com a multiplicação de pedágios e o sistema free-flow, na entrega de terras públicas aos grileiros e nas privatizações da EMAE e da SABESP, que priorizaram os ganhos do mercado financeiro, enquanto a população amarga tarifas exorbitantes, a falta d'água e serviços precários.

Veja neste relatório os caminhos das fraudes nas várias áreas do governo Tarcísio.

1. A falácia de “Bom Gestor”

Tarcísio promove a imagem de um gestor técnico, comprometido com eficiência e responsabilidade fiscal. No entanto, os números mostram uma realidade bem diferente.

1.1. Investimentos: uma falsa grandiosidade

Em vídeo divulgado nas redes sociais, o governador afirmou que “em dois anos de ajuste fiscal, São Paulo chegou ao maior orçamento de investimento da história”. A análise da série histórica, contudo, demonstra que a afirmação é falsa.

Considerando os valores liquidados, atualizados pelo IPCA, o total de investimentos em 2025 — soma do orçamento fiscal com o das empresas estatais — alcança R\$ 23,820 bilhões. O número está longe do recorde da série, registrado em 2013, quando o total chegou a R\$ 40,340 bilhões. Também superam 2025 os resultados de 2014 (R\$ 38,371 bilhões), 2022 (R\$ 38,450

bilhões), 2021 (R\$ 36,879 bilhões) e 2011 (R\$ 35,835 bilhões).

Mesmo analisando apenas o orçamento fiscal, que inclui tanto os investimentos diretos do Estado quanto aqueles executados por concessionárias e PPPs, 2025 soma R\$ 21,717 bilhões. O valor é inferior ao observado em 2013 (R\$ 33,751 bilhões), 2014 (R\$ 31,137 bilhões), 2022 (R\$ 31,754 bilhões) e 2021 (R\$ 30,836 bilhões). Não há, portanto, qualquer evidência de recorde histórico.

Outro dado relevante é a forte queda nos investimentos das empresas estatais, que recuaram para R\$ 2,103 bilhões em 2025, o menor patamar de toda a série. Em 2023, esse valor foi de R\$ 8,832 bilhões; em 2022, R\$ 6,696 bilhões; e, em 2014, R\$ 7,234 bilhões. A redução está diretamente ligada à privatização da Sabesp, cujos investimentos deixaram de ser contabilizados no orçamento das estatais.

Para 2026, o valor orçado é de R\$ 33,112 bilhões. Ainda que fosse integralmente executado, algo improvável diante do histórico recente, o montante continuaria abaixo do pico alcançado em 2013 e também inferior aos resultados de 2014 e 2022.

Quando se observa o acumulado por gestão, a atual administração também não lidera. A soma dos quatro anos fica atrás dos investimentos realizados nos governos Alckmin (2011–2014) e Dória/Garcia (2019–2022), o que reforça a inconsistência da narrativa de “maior investimento da história”.

Valores liquidados (R\$/milhão - atualizados pelo IPCA acumulado no período)						
Ano	Investimentos diretos	Inversões financeiras	Total Orçamento	Empresas	Total geral	Total por gestão
2011	21.067	9.711	30.777	5.058	35.835	143.696
2012	16.650	6.571	23.221	5.929	29.150	
2013	25.818	7.933	33.751	6.590	40.340	
2014	23.047	8.090	31.137	7.234	38.371	
2015	14.485	6.396	20.855	5.565	26.419	98.406
2016	12.792	6.747	19.539	4.412	23.951	
2017	16.043	6.204	22.247	4.550	26.797	
2018	13.022	3.708	16.730	4.509	21.239	
2019	11.375	2.935	14.310	5.773	20.083	116.567
2020	10.951	3.999	14.949	6.205	21.154	
2021	21.711	9.125	30.836	6.043	36.879	
2022	28.355	3.399	31.754	6.696	38.450	
2023	15.709	4.624	20.332	8.832	29.164	114.360
2024	16.286	6.288	22.574	5.689	28.236	
2025	11.663	10.055	21.717	2.103	23.820	
2026 (orçado)	16.053	14.824	30.877	2.235	33.112	114.360

Obs.: Não considera despesas intraorçamentárias.
Fonte: SIGEO e sítio SEFAZ.

1.2 A fraude da responsabilidade fiscal

O Estado de São Paulo registrou déficit orçamentário pelo terceiro ano consecutivo. Em 2023, o resultado foi negativo em R\$ 1,6 bilhão. Em 2024, apesar do superávit aparente de R\$ 8,28 bilhões, esse desempenho só foi alcançado em razão da alienação das ações da Sabesp, que gerou R\$

14,77 bilhões em receita de capital extraordinária e não recorrente. Conforme apontado pelo Tribunal de Contas do Estado, sem essa receita excepcional, o exercício teria sido encerrado novamente no vermelho.

Já em 2025, o desequilíbrio fiscal se aprofundou, com um déficit expressivo de R\$ 12,2 bilhões.

	Receitas	Despesas	Resultado
2023	326.742.547.158,85	328.315.580.393,50	-1.573.033.234,65
2024	371.757.386.023,99	363.472.532.857,93	8.284.853.166,06
2025	372.840.446.168,72	385.045.562.166,48	-12.205.115.997,76

1.3 A fraude no discurso da redução de impostos e o aumento do ICMS da gasolina

O governador Tarcísio prometeu reduzir impostos e garantiu que não aumentaria o ICMS sobre os combustíveis. A prática, porém, foi oposta: em pouco mais de dois anos, a alíquota sobre a gasolina subiu quase 64%, para um IPCA acumulado de 18,2% no período.

O aumento impacta diretamente não apenas motoristas, mas toda a cadeia produtiva: transporte público, alimentos, fretes e logística. A “fraude” é clara: o governo que se apresenta como liberal e defensor do bolso do cidadão aplica uma das maiores altas recentes de ICMS



sobre insumo essencial, gerando mais arrecadação para o Estado e prejuízo para a população.

1.4 Distribuição ampla do Bolsa Empresário

Enquanto se diz defensor da responsabilidade fiscal, o governo expande renúncias fiscais generosas a grandes empresas:

A LDO projeta renúncia de R\$ 85,6 bilhões em 2026, 20% a mais que 2025 e 34% superior a 2024.

O crescimento da renúncia supera o ritmo da receita corrente líquida (20% vs 11%), desmontando o discurso de que os incentivos seguem a expansão das receitas.

O Tribunal de Contas ainda apontou a ausência de avaliação prévia, medidas de compensação fiscal, monitoramento e demonstração de interesse público na concessão dos benefícios. Em relação à transparência, o Estado também não cumpre o exigido por Lei e não divulga a relação de beneficiários por CNPJ, assim como a União já faz.

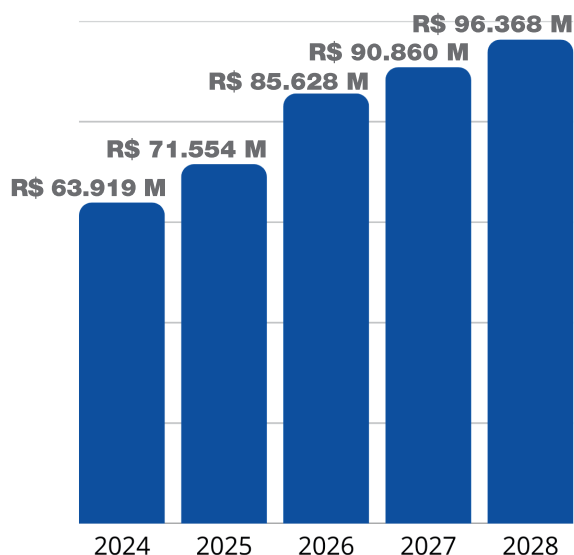
A gestão simula austeridade enquanto distribui privilégios sem critério, esvaziando a arrecadação e prejudicando serviços essenciais como saúde, educação e repasses a prefeituras.

Segundo o TCE:

90% das renúncias estão concentradas em apenas 2,5% dos beneficiários.

3.138 empresas beneficiárias em 2022 e 2023 estavam inscritas no CADIN, e 31 das 50 maiores estavam na dívida ativa do Estado. Tudo isso em descumprimento da Lei Federal que obriga o cancelamento sumário dos benefícios a empresas inadimplentes com o Estado.

Gráfico 1 – Evolução das renúncias fiscais de acordo com as LDOs



1.5 Funcionalismo

O reajuste salarial implementado por Tarcísio em 2025 é um verdadeiro tapa na cara dos trabalhadores de São Paulo, a maior economia do país. Veja a situação dos servidores:

A massa do funcionalismo teve aumento abaixo da inflação acumulada dos últimos dois anos.

O tíquete-alimentação permanece em apenas R\$ 12,00, insuficiente para qualquer refeição em São Paulo.

Professores de Educação Básica I (PEB I) têm salário inicial 46,5% abaixo do Piso Salarial Profissional Nacional, mesmo após reajuste de 6,27% .

Policiais tiveram como promessa de campanha a valorização salarial mediante reajustes anuais acima da inflação, porém tiveram um reajuste de apenas 25% em 2023/2024, abaixo da inflação acumulada desde 2020.

O mesmo ocorre com os pesquisadores científicos que resistem à ameaça representada por uma proposta legislativa enviada neste ano à ALESP.

A combinação de aumentos pífios, congelamento de benefícios e descaso com carreiras essenciais evidencia um governo que negligencia o funcionalismo, desvalorizando o trabalho público e comprometendo a qualidade dos serviços prestados à população. necessitada.



2. As fraudes na Habitação e os números inflados

O governador anunciou que entregará 200 mil moradias até o final de sua gestão, alegando que 80 mil já estariam finalizadas, 100 mil em produção e o restante viabilizado. Entretanto, os números oficiais da CDHU e da SDUH revelam uma realidade diferente.

Desde 2023, foram contabilizadas 184.318 unidades habitacionais, das quais:

- **80.430 já foram entregues;**
- **103.888 estão em produção.**

Do total, a grande maioria (67%, ou 122.314 unidades) está vinculada a programas de subsídios de baixo valor, entre R\$ 10 mil e R\$ 16 mil por unidade.

Apenas 28% (52.207 unidades) correspondem a programas com custo superior a R\$ 180 mil por moradia, sendo 29.701 UHs entregues e 22.506 UHs em produção.

Estes dados demonstram que o governo está concentrado em financiar projetos já em andamento e fornecer pequenas ajudas financeiras, em vez de construir novas moradias populares. Oferecendo esses subsídios, o governo cria uma falsa

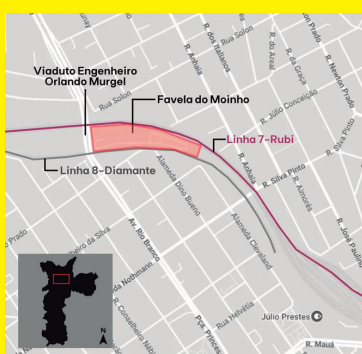
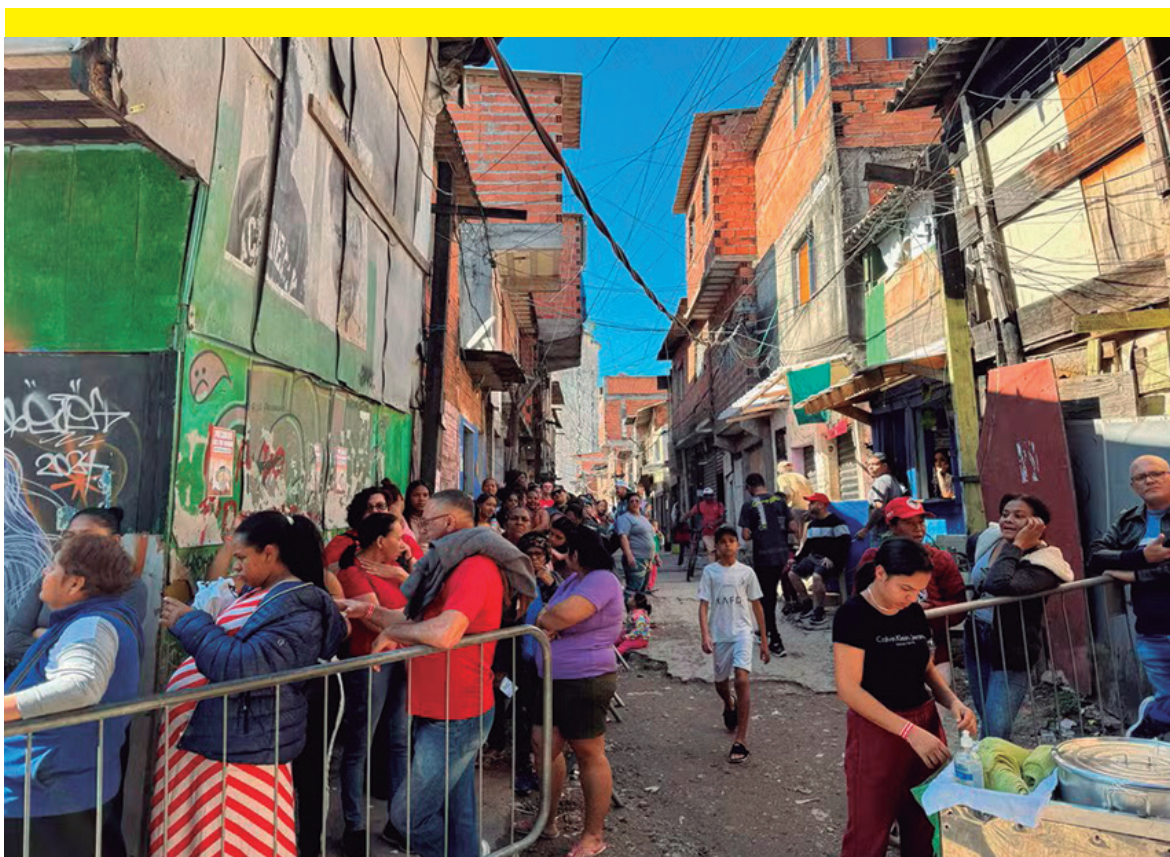
percepção da realidade de que está construindo novas moradias, quando isso não acontece.

Para a população mais necessitada, sobra truculência policial como a aplicada na remoção da Favela do Moinho, localizada no coração da cidade de São Paulo. Como de praxe na extrema direita, um movimento legítimo de defesa dos direitos dos moradores foi associado ao crime organizado, na forma de uma permanente criminalização da pobreza.

Cinicamente, o governo prometeu que a demolição ocorreria apenas para quem aceitasse sair voluntariamente e que seriam garantidas moradias em apartamentos da CDHU. Na prática, as famílias foram cercadas e abordadas por forte contingente policial armado durante semanas.

Além disso, para agilizar a remoção, os moradores foram orientados a declarar rendas falsas para obter o benefício, expondo o desprezo da gestão pelo endividamento e pelas condições reais das famílias carentes.

A situação só começou a ser minimamente corrigida com intervenção do Governo Federal, que ofereceu R\$ 250 mil em



FAVELA DO MOINHO

subsídio para a compra de imóveis pelas famílias. Inicialmente, a gestão Tarcísio propunha crédito comprometendo 20% da renda familiar, empurrando as famílias para uma situação de precariedade e vulnerabilidade.

Essa sequência de ações evidencia um governo que ignora direitos básicos e prioriza os interesses do capital, em detrimento da dignidade e segurança da população mais necessitada.

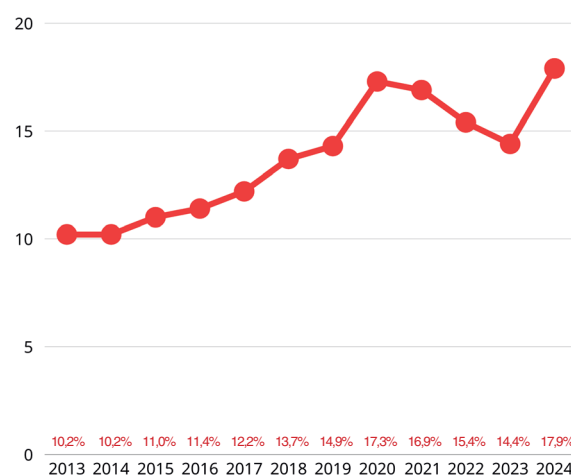
3. A Fraude na Educação

A gestão Tarcísio evidencia um ataque sistemático à educação pública, marcado por promessas infladas, políticas ideológicas e priorização de agendas securitárias e tecnocráticas em detrimento da aprendizagem e da valorização docente.

3.1. Ensino Profissional

Em vídeo nas redes sociais, o governador afirmou que o Estado passou de 9% para 30% dos alunos do ensino médio matriculados em cursos técnicos, com meta de 43% para o próximo ano. A afirmação é desmentida pelos próprios dados oficiais do governo (SEFAZ/SP), que indicam 17,9% em 2024.

Gráfico 2 – Alunos matriculados na educação profissional técnica de nível médio na rede estadual de São Paulo (%)



Fonte: <https://portal.fazenda.sp.gov.br/servicos/planejamento/Paginas/seade/educacao.aspx>

O TCE, em relatório das Contas de 2024, apontou ainda que:

O Programa Educação Profissional Paulista atingiu apenas 65,09% da meta de matrículas em cursos técnicos integrados ao ensino médio.

Apenas 69,49% dos estudantes elegíveis estavam efetivamente cursando o ensino técnico integrado ao médio.

As dificuldades do governo incluem baixa conversão de interesse em matrícula, limitações orçamentárias e infraestrutura escolar inadequada.

A promessa de expansão da oferta de cursos técnicos esbarra na escassez de docentes, salas e laboratórios adequados, revelando a distância entre discurso e realidade.



3.2. Escola Cívico-Militar

O Programa Escola Cívico-Militar, instituído pela Lei Complementar nº 1.398/2024, reflete autoritarismo, prioridades invertidas e risco à educação pública.

A tramitação do projeto envolveu atropelos regimentais, concentração de decisões no Executivo e rejeição da maior parte das 82 emendas parlamentares apresentadas. A pressa ignorou a necessidade de debate com educadores, especialistas e comunidade escolar, impondo um modelo sem comprovação científica robusta.

O programa transfere parte da gestão escolar para policiais militares da reserva, responsáveis por “atividades extracurriculares de natureza cívico-militar” e pelo “acompanhamento da organização e segurança escolar”. Embora formalmente subordinados ao diretor, esses monitores exercerão funções cotidianas no ambiente escolar, sem formação pedagógica e recebendo remuneração superior à dos professores: cerca de R\$ 6 mil por 40 horas semanais, contra R\$ 5,3 mil do piso docente e R\$ 1,55 mil

dos agentes de organização escolar. Essa disparidade salarial agrava a desvalorização histórica do magistério e desloca recursos que poderiam ser aplicados em infraestrutura, formação docente e contratação de profissionais qualificados.

A prioridade dada à presença policial revela o viés securitário da política, que confunde problemas educacionais com problemas de segurança pública. Questões como evasão, repetência e violência escolar têm origem multifatorial — desigualdade social, vulnerabilidade econômica, ausência de políticas de convivência e de apoio psicossocial — e demandam soluções integradas, não militarizadas. Enquanto o governo paulista prevê, no mínimo, um monitor policial por escola participante, o programa estadual de psicólogos escolares atende, em média, 6,5 mil estudantes por profissional. A escolha orçamentária é clara: mais investimento na disciplina armada do que no cuidado e apoio pedagógico.

Após meses de questionamento judicial pela APEOESP, o programa foi finalmente autorizado pelo Tribunal Justiça e teve início em fevereiro deste ano, com a divulgação de um vídeo exibindo um policial monitor, escrevendo na lousa duas palavras com erros crassos de ortografia: “descançar” e “continência”.

Tarcísio engana milhares de alunos e suas famílias ao “vender” o modelo cívico militar como uma espécie de versão básica dos tradicionais Colégios Militares, o que é um engodo completo. Estes

são voltados para a carreira nas Forças Armadas, enquanto o que se tenta fazer aqui e se fez no Paraná e outros estados é um arremedo de ensino médio com disciplina policial.

O alardeado modelo cívico militar começou também com a falta de uniformes e sem o “dinheiro na escola” em toda a rede, devido ao atraso do repasse que deveria ter sido feito em outubro de 2025 e só ocorreu em fevereiro de 2026. Resulta que as escolas não tiveram tempo de fazer as reformas, compras e reparos necessários para o início das aulas. Uma tragédia!



Monitor (policial militar aposentado) em uma escola cívico-militar no interior de São Paulo (Caçapava) escreveu palavras incorretamente na lousa durante o primeiro dia de aula de 2026

3.3. Plataformização do Ensino



A plataformização do ensino, conduzida pelo secretário Renato Feder, combina controle burocrático, negócios milionários e precarização pedagógica. Sob o discurso de “modernização” e “eficiência”, plataformas digitais foram impostas como eixo central da gestão escolar, transformando professores e estudantes em operadores de tarefas digitais.

Estudos do Grupo Escola Pública e Democracia (Gepud) e da REPU revelam que não há qualquer correlação significativa entre uso intensivo das plataformas e melhoria no desempenho do Saresp. Mesmo escolas que cumpriram as metas de tempo de uso e atividades obrigatórias não apresentaram avanços relevantes nos indicadores. Ou seja, o custo de quase meio bilhão de reais em licenças digitais não se traduziu em ganhos pedagógicos, confirmando o caráter ineficaz e artificial dessa política.

No cotidiano escolar, os prejuízos são evidentes:

Sobrecarga e assédio institucional contra docentes e gestores, punidos por não atingirem metas arbitrárias de acesso às plataformas.;

Desvio de tempo pedagógico para cumprimento de tarefas meramente quantitativas, em detrimento de atividades presenciais significativas;

Uniformização forçada da prática docente, com centralização de conteúdos em slides prontos, reduzindo autonomia profissional;

Impactos negativos no engajamento estudantil, inclusive perda de interesse pela leitura;

Exclusão de estudantes com deficiência, por inadequação das plataformas.

A política é ainda agravada por conflitos de interesse: Renato Feder, empresário do setor de tecnologia, direciona recursos públicos para a aquisição de softwares e equipamentos de empresas privadas, sem plano para desenvolver soluções públicas.

O objetivo é produzir números rápidos e artificiais para alimentar rankings e campanhas eleitorais, enquanto negligencia investimentos estruturais em valorização docente, formação continuada, infraestrutura e políticas de permanência escolar.

3.4. Educação em queda: o fracasso da gestão Tarcísio no IDEB

Os resultados mais recentes do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) mostram que a gestão Tarcísio de Freitas levou a rede estadual paulista a um patamar de desempenho pior que durante a própria pandemia de Covid-19. Em vez de recuperar e superar os índices pré-crise sanitária, o governo atual assiste a uma regressão preocupante:

Ensino Médio: queda de 5,3 (2021) para 5,1 (2023), redução de 3,77%;

Ensinos finais do Fundamental: queda de 4,4 para 4,2, retração de 4,5%.

O desempenho está abaixo das metas e inferior a 2019, antes da pandemia. Isso ocorre mesmo em um estado com recursos amplos, revelando fragilidade das ações e falta de prioridade na aprendizagem.

Enquanto o governo gasta energia com pautas ideológicas e propaganda, a rede estadual assiste à piora dos seus principais indicadores de qualidade. Os dados do IDEB mostram um retrato fiel da perda de oportunidades educacionais para milhões de jovens paulistas e da falta de compromisso real com a melhoria da educação pública.



“

**Dados do IDEB
mostram retrato
fiel da perda de
oportunidades
educacionais para
milhões de jovens
paulistas**

”

4. A Fraude na Saúde

O governo afirma ter criado 8 mil novos leitos SUS, mas os dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) mostram o contrário: o número de leitos sob gestão estadual caiu de 31.373 (dez/2022) para 30.933 (dezembro/2025), uma redução de 440 leitos.

Ao ser questionada, a Secretaria da Saúde recorreu a um artifício estatístico: utilizou o número de internações como base para estimar a quantidade de “novos leitos equivalentes”, aplicando uma fórmula que divide a variação de internações por 12 meses e, em seguida, por 4 — assumindo que cada leito realiza quatro internações por mês.

Esse cálculo é arbitrário e confunde produção hospitalar com capacidade instalada, pois o aumento no número de internações pode decorrer de rotatividade maior, readequações de fluxo ou aumento da demanda, sem que novos leitos tenham sido efetivamente criados. A resposta da SES, portanto, confirma indiretamente que não houve ampliação real de leitos estaduais, configurando mais uma propaganda enganosa do governo Tarcísio.

Além disso, a situação real pode ser ainda mais grave: não há dados

abertos sobre leitos efetivamente ativos, excluindo os muitos que estão desativados ou bloqueados. Em 2023, mais de 4 mil leitos estavam fechados, número que a SES nunca mais divulgou.

Para ilustrar a dimensão do problema, uma fiscalização do Tribunal de Contas do Estado (TCE), realizada em apenas 14 hospitais sob gestão direta da SES, apontou falta crônica de pessoal, prejudicando atendimento de urgência e gestão hospitalar. Em 2024, 867 leitos deixaram de ser disponibilizados nos Hospitais Gerais com pronto-socorro da rede direta estadual, afetando os 24,3 milhões de paulistas atendidos. O caso mais grave registrou 64% de leitos indisponíveis em uma única unidade (Hospital Geral de Guaianases).

O cenário se agrava ainda mais historicamente: em cinco anos, a quantidade de leitos indisponíveis aumentou 80%, o que significa 386 leitos a menos para a assistência hospitalar da população em 2024, em comparação com 2019.

A gestão Tarcísio, ao invés de ampliar o acesso à saúde pública, tem permitido a deterioração silenciosa da rede estadual, mascarada por números inflados e estratégias de comunicação enganosas.

4.1 Tabela SUS Paulista

A chamada Tabela SUS Paulista, instituída pela Resolução nº 198/2023, tem sido apresentada por Tarcísio como um grande esforço estadual para “salvar” hospitais e reduzir filas. Os próprios números desmontam parte dessa narrativa. Embora haja procedimentos com complementações superiores, que chegam a até 400% em relação à tabela federal, no agregado o financiamento do sistema continua majoritariamente federal. Entre 2024 e 2025, o Ministério da Saúde destinou cerca de R\$ 13,3 bilhões, enquanto o Estado complementou R\$ 8,6 bilhões — aproximadamente 40% do total pago. Ou seja, o discurso omite que a espinha dorsal do financiamento segue sendo da União, inclusive com programas federais de ampliação de cirurgias.

O que se observa é uma expansão acelerada de recursos estaduais para entidades sem fins lucrativos e via transferências fundo a fundo, alinhada ao desenho da Tabela SUS Paulista. Porém, a proposta orçamentária para 2026 indica uma queda abrupta na função Saúde, com redução bilionária em relação a 2025. Isso evidencia a fragilidade do programa: criado por resolução administrativa — e não por lei. Ele pode ser reduzido ou contingenciado a qualquer momento, conforme conveniência fiscal do Executivo. Hospitais que expandiram serviços contrataram equipes e assumiram compromissos permanentes ficam

dependentes de uma política sem garantia de continuidade, o que transfere risco financeiro às instituições e à própria rede assistencial.

Há ainda um problema federativo relevante: os hospitais públicos municipais ficaram de fora da modelagem inicial do programa. Embora o governador tenha anunciado, em 2025, a intenção de incluí-los na Tabela SUS Paulista, até o momento não houve regulamentação efetiva dessa ampliação. Unidades municipais que também enfrentam subfinanciamento seguem sem acesso ao mesmo mecanismo de complementação, o que aprofunda desigualdades dentro da própria rede SUS paulista.

Além disso, a nova modelagem reforça a centralidade da média e alta complexidade, amplia o protagonismo do setor filantrópico e privado complementar e transforma o pagamento em instrumento de indução de oferta, enquanto hospitais públicos sob gestão direta e a atenção básica não recebem a mesma prioridade. O resultado é um redesenho silencioso do SUS paulista: mais dependente de prestadores privados, mais vulnerável a contingenciamentos e menos comprometido com o fortalecimento estrutural da rede pública. O que se vende como modernização pode, na prática, representar aprofundamento da terceirização e precarização da política estadual de saúde.

5. A Fraude na Segurança Pública



A gestão Tarcísio-Derrite é um desastre. A dupla vendeu o tempo todo o uso da força como remédio para o combate ao aumento da criminalidade, incentivando os policiais a agirem com truculência. Mas o resultado é exatamente o oposto, com o crescimento exponencial da criminalidade violenta.

Segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (abril/2025), houve crescimento de 120% no número de vítimas entre 10 e 19 anos mortas por policiais em serviço no Estado de São Paulo, passando de 35 vítimas em 2022 para 77 em 2024. Crianças e adolescentes

negros são 3,7 vezes mais vítimas de intervenções letais da PM no Estado.

A análise dos dados de 2022 a 2025 revela um cenário contraditório na segurança pública paulista. Embora haja queda em crimes patrimoniais, os indicadores ligados à violência interpessoal e aos acidentes de trânsito mostram deterioração relevante, tanto no Estado quanto na capital. O quadro, portanto, está longe de autorizar uma leitura linear de melhora generalizada.

No Estado de São Paulo, o dado mais preocupante é o crescimento contínuo da lesão corporal dolosa,

que passa de 132.149 casos em 2022 para 165.046 em 2025 — aumento de aproximadamente 25%. Também se destaca a alta nas lesões corporais culposas por acidente de trânsito, que sobem de 61.640 para 72.666 no período, além do crescimento das tentativas de homicídio, que atingem 3.785 registros em 2025. Já os casos de estupro e estupro de vulnerável permanecem em patamar superior ao de 2022, indicando persistência da violência sexual em níveis elevados. O avanço das tentativas de homicídio e das agressões físicas aponta para um ambiente de maior conflito e violência cotidiana.

Na capital paulista, a tendência é ainda mais acentuada em alguns indicadores. A lesão corporal dolosa cresce quase 30% em três anos, passando de 30.697 para 39.900 ocorrências. As lesões por acidente de trânsito aumentam mais de 40%, enquanto os homicídios culposos no trânsito sobem de 435 para 624 casos. Também há crescimento nas tentativas de homicídio e nas lesões seguidas de morte. Os números de homicídio doloso também voltam a subir em 2025. Os crimes sexuais permanecem em nível elevado. E os furtos aumentaram de 241.369 em 2024 para 250.168 em 2025 na capital.

Tarcísio e Derrite são os responsáveis diretos pela desorganização das polícias, pelo aumento da ineficiência, intensificação da violência, indisciplina e pela preocupante penetração do

crime organizado nas corporações.

A vitrine de abertura da gestão foi um conjunto de operações violentas na Baixada Santista, as Operações Verão e Escudo. Ambas deixaram mais de 100 mortes entre julho de 2023 e maio de 2024, incluídas várias vítimas desarmadas ou sem relação com atividades criminosas.

Recentemente, denúncias indicaram manipulação de arquivos de câmeras corporais e fraudes nos registros de ocorrências, documentadas em auditoria da empresa Axon, responsável pela plataforma Evidence da PM. O relatório aponta ocultação e eliminação de arquivos de imagens por oficial da cúpula, incluindo o caso da morte de um morador do Morro do José Menino em Santos, durante a Operação Escudo.

Ao permitir esses ilícitos, a Secretaria de Segurança estimula a violência sem controle, como atestam o número vítimas fatais em ações policiais, assim como o crescimento de policiais vitimados.

A gestão promoveu também o esvaziamento da Polícia Civil, que sofreu com sucateamento, desvalorização funcional e infraestrutura precária. Determinadas funções da civil foram transferidas para a PM, em contradição com a Constituição Estadual, gerando tensão entre as corporações e aumentando a ineficiência no combate ao crime.

Além disso, essa política de segurança tem efeitos diretos sobre os policiais:

Afastamentos por causas psiquiátricas: 653 casos em 2024 e 206 no primeiro trimestre de 2025, projetando mais de 800 até o fim do ano.

Policiais penais: mais de 1.300 coletes balísticos vencidos em uso nas unidades prisionais.

Não há prioridade em valorizar o efetivo policial, investir em formação ou equipamentos de proteção, nem foram cumpridas promessas de campanha de reajustes salariais reais, limitando-se a correções pela inflação passada.

Não há prioridade em reduzir o déficit de contingente nas polícias estaduais, que em 2025 se situa em aproximadamente em 15.200 policiais civis e 12.000 vagas na PM.

A política de segurança do governo Tarcísio é, portanto, uma fraude convertida em tragédia, que gera vítimas tanto entre a população quanto entre os próprios policiais.



6. A Fraude na Assistência Social

Nos últimos anos, o governo Tarcísio de Freitas promoveu uma política deliberada de sucateamento da rede de proteção social, alinhada a um agora falido projeto pessoal rumo às eleições nacionais. A área, que já vinha sendo negligenciada, sofreu um verdadeiro desmonte: a aplicação orçamentária caiu de 0,51% em 2022 para apenas 0,32% em 2024.

Após esvaziar a assistência social por mais de dois anos, Tarcísio resolveu criar uma “marca social” para chamar de sua: o Programa Superação. O desmonte é tão evidente que, em valores absolutos, só o que deixou de aplicar em um único ano já seria suficiente para bancar todo o orçamento do programa. Em 2022, o Estado aplicou R\$ 1,64 bilhão na função assistência social. Em 2023, a execução caiu para R\$ 1,062 bilhão — diferença de R\$ 578 milhões, superior ao orçamento de R\$ 500 milhões do Superação. Em 2024, a aplicação seguiu baixa, em R\$ 1,128 bilhão. Ou seja, a “novidade” do governo é maquiagem para esconder os cortes efetivos.

O programa promete atender 105 mil famílias em vulnerabilidade, alegando inclusão produtiva, como

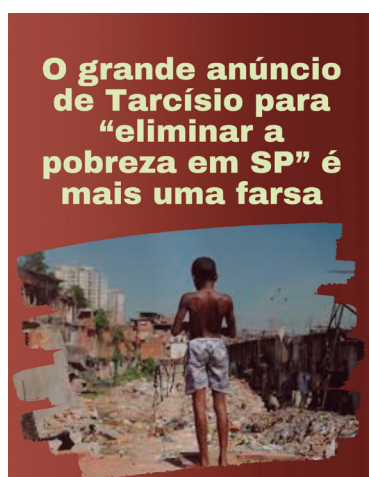
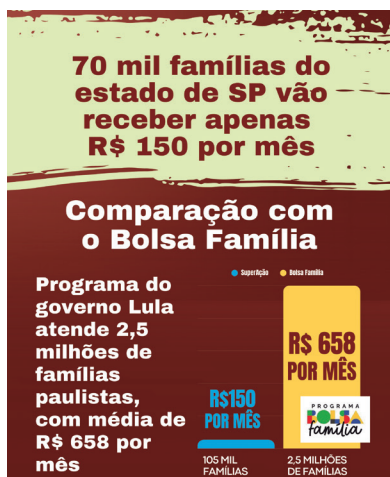
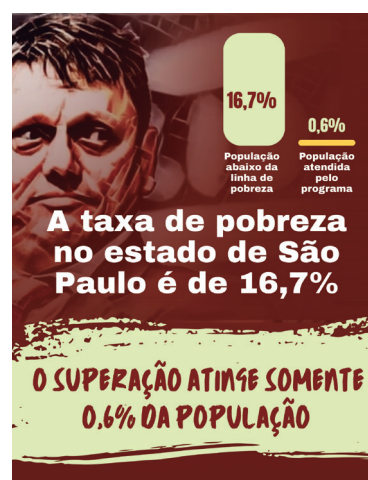
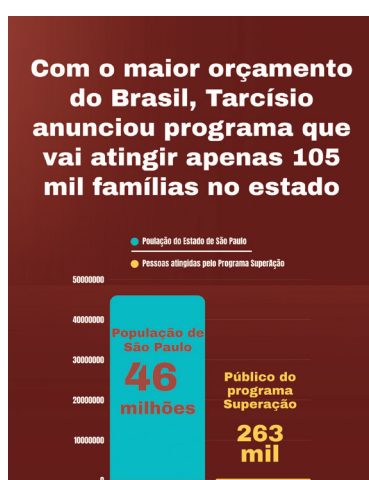
se o Bolsa Família não cumprisse há décadas esse papel com eficácia comprovada. O alcance do Superação é ínfimo: apenas 4,27% do público elegível no CadÚnico, frente a 2,46 milhões de famílias atendidas pelo Bolsa Família em São Paulo. Enquanto o programa estadual promete R\$ 135 milhões em auxílios, o Bolsa Família transfere quase R\$ 20 bilhões por ano, com valor médio de R\$ 657,99 por família. Não há comparação possível: o Superação é, na prática, uma peça publicitária.

Em 2025, foram empenhados R\$ 295,6 milhões no programa. Desse montante, R\$ 133,6 milhões foram destinados a instituições sem fins lucrativos (FGV, FESPSP e PNUD) e apenas 48 municípios foram contemplados nas regiões de Campinas, Sorocaba e capital/RMSP. Do total executado, somente R\$ 36 milhões chegaram diretamente às famílias na forma de auxílio.

Para 2026, o orçamento estimado é de R\$ 553 milhões. Contudo, já no início do exercício, R\$ 443,6 milhões encontram-se congelados, podendo comprometer a efetividade e o alcance do programa.

Em contraste, o Bolsa Família apresenta resultados concretos: em 2024, 1,3 milhão de famílias deixaram o programa por alcançarem rendimentos superiores, 70% em ocupações formais. O que o governo federal faz de forma automática e eficiente, Tarcísio tenta transformar em programa clientelista, com “agentes” ativos em período pré-eleitoral.

O Programa Superação não passa de uma Super-Ação de marketing. Longe de ser uma inovação, é um instrumento de abuso político-eleitoral, sustentado por recursos públicos e embalado em discursos moralistas. Enquanto isso, milhões de paulistas continuam sem apoio efetivo diante da pobreza e da desigualdade. A fraude é evidente: menos política social, mais propaganda eleitoral.



7. Cultura

A legislação que rege o incentivo fiscal de ICMS ao PROAC autoriza a destinação de até 0,2% da cota-parte estadual da arrecadação anual do imposto do ano anterior, cabendo à SEFAZ fixar o valor a cada exercício. Em 2025, considerando a arrecadação de 2024, seria possível autorizar cerca de R\$ 269 milhões para a cultura. No entanto, a gestão de Tarcísio de Freitas manteve o limite em apenas R\$ 100 milhões — menos da metade do que a lei permite.

A própria série histórica demonstra que essa escolha é política, não técnica nem jurídica. Entre 2012 e 2014, os valores autorizados ficaram praticamente no limite máximo legal, acompanhando o crescimento

da arrecadação e sinalizando prioridade ao fomento cultural. Ou seja, já houve governos que utilizaram integralmente o espaço fiscal disponível para fortalecer o setor cultural.

Desde 2016, porém, o valor ficou estacionado em R\$ 100 milhões, mesmo com o aumento da arrecadação do ICMS ao longo dos anos. Na prática, isso significa uma redução proporcional do investimento em cultura. Enquanto a receita cresce e amplia a margem possível de incentivo, o governo opta por não expandir o apoio ao PROAC. A decisão de manter o programa congelado revela uma postura de despriorização da política cultural.

Série Histórica - Valores PROAC - Incentivo ICMS

ANO	COTA-PARTE ICMS ESTADO (ano anterior)	VALOR MÁX. PROAC 0,20%	VALOR AUTORIZADO PROAC	RESOLUÇÃO SEFAZ SP
2006	31.867.746.294,79	63.735.492,59	20.000.000,00	Resolução SF-39 de 16-10-2006
2007	35.078.757.602,98	70.157.515,21	30.000.000,00	Resolução SF-62, de 1-11-2007
2008	38.467.384.050,85	76.934.768,10	60.000.000,00	Resolução SF-48, de 14-10-2008
2009	45.568.492.934,18	91.136.985,87	55.000.000,00	Resolução SF-83, de 6-11-2009
2010	45.907.990.308,90	91.815.980,62	90.000.000,00	Resolução SF nº 136, de 20-12-2010
2011	53.710.254.481,09	107.420.508,96	93.000.000,00	Resolução SF-56, de 25-08-2011
2012	59.034.159.085,95	118.068.318,17	118.000.000,00	Resolução SF 76, de 26-10-2012
2013	63.173.381.595,77	126.346.763,19	126.000.000,00	Resolução SF 15, de 21-02-2013
2014	67.621.432.039,26	135.242.864,08	135.240.000,00	Resolução SF 18, de 24-02-2014
2015	70.285.921.660,51	140.571.843,32	121.700.000,00	Resolução SF 17, de 20-03-2015
2016	72.601.720.781,94	145.203.441,56	100.000.000,00	Resolução SF 32, de 18-03-2016
2017	72.755.866.058,02	145.511.732,12	100.000.000,00	Resolução SF 19, de 15-03-2017
2018	76.199.722.834,42	152.399.445,67	100.000.000,00	Resolução SF-39, de 5-4-2018
2019	80.900.131.144,29	161.800.262,29	100.000.000,00	Resolução SFP 25, de 19-03-2019
2020	89.578.318.273,07	179.156.636,55	100.000.000,00	Resolução SFP-47, de 1º-6-2020
2021	89.744.621.272,26	179.489.242,54	-	Resolução SFP-3, de 14-1-2021
2022	113.170.468.171,41	226.340.936,34	100.000.000,00	Resolução SFP-11, de 04-03-2022
2023	122.560.026.337,89	245.120.052,68	100.000.000,00	Resolução SFP-19, DE 12-04-2023
2024	118.196.258.052,55	236.392.516,11	100.000.000,00	Resolução SFP-18, de 23-05-2024
2025	134.505.640.839,76	269.011.281,68	100.000.000,00	Resolução SFP-08, DE 21-03-2025

Há, portanto, uma clara opção política da atual gestão por investir menos do que poderia em cultura. O discurso de responsabilidade fiscal não impede o uso do limite autorizado em lei. O que se observa

é que, diferentemente de gestões anteriores, o governo Tarcísio definiu uma estratégia de reduzir o apoio à produção cultural afetando diretamente os empregos e os empreendimentos da cultura.



8. Esportes

O incentivo fiscal ao esporte paulista está previsto no art. 16 da Lei Estadual 13.918/2009, regulamentada pelo Decreto Estadual 55.636/2010, e operacionalizada nos termos do art. 30 do Anexo III do RICMS/SP. A regra é clara: o limite global anual pode chegar a até 0,2% da cota-parte estadual da arrecadação do ICMS do ano anterior — exatamente o mesmo teto aplicado à cultura. Em 2025, por exemplo, considerando a arrecadação de 2024, seria possível autorizar cerca de R\$ 269 milhões para projetos esportivos credenciados.

No entanto, o governo fixou o montante em apenas R\$ 60 milhões.

A série histórica demonstra que a situação do esporte é ainda mais restritiva que a da cultura. Entre 2010 e 2014, os valores autorizados chegaram a R\$ 90 milhões (2014), aproximando-se gradualmente do teto legal. A partir de 2016, contudo, houve um recuo abrupto: o limite caiu para R\$ 59 milhões e, desde então, ficou praticamente congelado em R\$ 60 milhões anuais, independentemente do crescimento da arrecadação do ICMS.



O contraste se torna mais evidente quando se observa que, enquanto o teto legal praticamente triplicou ao longo do período (saindo de cerca de R\$ 92 milhões em 2010 para R\$ 269 milhões em 2025), o valor efetivamente autorizado permanece estagnado. Em termos proporcionais, o Estado hoje utiliza pouco mais de 20% da margem que a própria legislação permite.

Assim como ocorre na cultura, não há ilegalidade formal na decisão, já que a lei estabelece um teto, não um piso. Mas, sob a gestão de Tarcísio de Freitas, o esporte foi ainda mais comprimido. Mesmo com espaço fiscal autorizado em lei, o governo opta por manter o investimento no mínimo político possível.

Além disso, no âmbito da execução direta do orçamento, a

área do esporte também sofreu retração proporcional. Em 2022, a Função Esporte representava 0,12% da receita estadual (R\$ 399,3 milhões). Em 2023, caiu para 0,08%; em 2024, para 0,07%; e, embora haja leve recuperação nominal em 2025 (R\$ 307,4 milhões), a participação permanece em apenas 0,09% da receita total. Ou seja, o peso relativo do esporte no orçamento diminuiu na atual gestão, confirmando a perda de prioridade da política esportiva no Estado.

A consequência é a limitação do apoio a projetos esportivos nos âmbitos educacionais, de formação, rendimento e inclusão social, enfraquecendo uma política pública que poderia estar crescendo na mesma proporção da receita estadual.

10 - Privatizações

Os processos de privatização da EMAE e da SABESP selaram o casamento entre Tarcísio e o grande capital. Foi a sua consagração como candidato presidencial predileto da elite econômica.

Mas a que custo para a sociedade? O serviço da SABESP privatizada se deteriorou profundamente em todos os aspectos. Fornecimento de água fétida, despejo massivo de esgoto no Rio Tietê, falta de água em vários bairros e elevação da tarifa de água acima da inflação depois de 2022 legitimam questionamentos crescentes à privatização.

A crise hídrica e suas consequências para a população das periferias demonstra o descaso da SABESP privatizada e de Tarcísio para a gravidade da escassez dos mananciais, em especial do Sistema Cantareira que abastece quase a metade da população da RMSP. É inaceitável que diante do atual regime de chuvas haja a falta de planos de prevenção, estratégias de mitigação

para os moradores de bairros mais altos e campanhas de incentivo à economia de água.

A solução simples de mercado foi reduzir a pressão da água que favorece os bairros de maior renda e condena as regiões periféricas a dias de torneiras secas, devido aos reservatórios mais acanhados das residências. O corte do abastecimento em sistema de rodízio, um dia por semana para cada região, foi uma solução mais justa e de eficácia comprovada na crise hídrica de 2014/15.

Veremos a seguir como nesses processos de privatização das águas e do saneamento metropolitano há um jogo de interesses que passa pelo submundo da Faria Lima, indica conluíus entre “mercado” e o governo do estado e descortina crimes financeiros, improbidade administrativa e fraudes por todos os lados.



10.1 EMAE

A Empresa Metropolitana de Águas e Energia (EMAE) tem origem na antiga Light, depois Eletropaulo, e tem como objeto a gestão das águas das represas Billings, Guarapiranga e do Rio Pinheiros para a geração de energia elétrica. Administra quatro usinas, com destaque para a Henry Borden no topo da Serra do Mar. Antes do leilão de suas ações em 19/04/2024, a EMAE operava com receita estável graças à geração de energia elétrica, com boa rentabilidade, sem dívidas e caixa livre de R\$ 570 milhões.

O Fundo Phoenix arrematou as ações. Controlado por Nelson Tanure, constituído em 20/03/2024, menos de um mês antes do leilão, foi composto basicamente de ações da AMBIPAR. Aqui começa a descida ao submundo das finanças com o personagem inicial deste enredo, o Pastor Fabiano Zettel, cunhado de Daniel Vercaro e colaborador do Grupo Master, maior doador para a campanha bolsonarista, sendo R\$ 3 milhões para a presidencial e R\$ 2 milhões para o candidato Tarcísio de Freitas em 2022.

Zettel foi uma das peças do Banco Master na parceria para aquisição da EMAE, envolvendo Nelson Tanure, a AMBIPAR, a REAG gestora de fundos e a Trustee DTVM, administradora da rede de fundos pertencentes a esses atores.

Todos são hoje investigados no âmbito das Operações Carbono Oculto e Compliance por lavagem de dinheiro para o PCC e por fraudes financeiras e contábeis.

As ações da EMAE foram arrematadas por R\$1,04 bilhões, proposta levemente superior à da EDF, estatal francesa. O leilão exigia capital elevado para a captação dos recursos necessários à conclusão da compra das ações. O pagamento ocorreu em 1/10/2024 depois da aprovação dos órgãos regulatórios (CADE, ANEEL). Para esse fim, Vercaro, Tanure, Reag e Tércio Borlenghi atuaram em conluio para criar uma demanda fake, repentina e intensa das ações da AMBIPAR, empresa controlada por Borlenghi. Isso multiplicou o valor de mercado da AMBIPAR e deu lastro bilionário ao Fundo Phoenix de Tanure. O que segue abaixo é um passo a passo descrito por uma investigação da CVM concluída em 23/05/2025:

1) A Ambipar aproveita a queda de sua cotação em março de 2024 e lança um programa de recompra de ações, ficando com 70% dos papéis em circulação.

2) Em seguida, vários fundos de investimento do grupo Master/REAG entram comprando papéis em posse da AMBIPAR.

3) O dinheiro arrecadado por Borlenghi é novamente aplicado em outro fundo, que por sua vez

compra mais ações fazendo o mesmo dinheiro circular de fundo em fundo e de compra em compra, todos sob controle do Master e REAG e administrados pela Trustee Corretora.

4) As ações em posse de Tanure, Master e Borlenghi foram híper valorizadas pois a intensa negociação nos pregões, simulada pelos vários fundos do grupo, elevaram seus preços artificialmente em 840% entre abril e outubro de 2024. Com isso o Fundo Phoenix passou a exibir um valor patrimonial inflado, o que o habilitou a participar do certame e a tomar os recursos necessários.

5) Para pagar pelas ações da EMAE o Phoenix emite debêntures (uma espécie de promissória) no valor de R\$ 520 milhões subscritas (compradas antecipadamente) pelo Fundo Macadâmia da XP e por recursos “próprios” de Tanure e Tércio Bollenghi (R\$ 520 milhões), auferidos com a venda das sobrevalorizadas ações da AMBIPAR. Só que destes recursos próprios, R\$ 230 milhões são um investimento do fundo de pensão dos trabalhadores da Light no Fundo Phoenix. Tanure e seus amigos não hesitaram em lesar a aposentadoria dos funcionários da Light, usando recursos dos trabalhadores e não os dele!

6) Meses depois de assumir o

controle, Tanure dilapida o caixa da EMAE, comprando CDBs (R\$160 milhões) do Grupo Master, distribuindo dividendos e juros sobre o capital próprio e adquirindo debêntures da Light (R\$ 250 milhões), controlada por ele.

7) A mesma turma tentou ainda montar uma operação para participar do leilão da SABESP, mas seus amigos do BTG e XP, mais poderosos, se organizaram para fazer da Equatorial a única empresa a participar da disputa do controle.

8) XP e BTG eram os maiores distribuidores dos CDBs do Master que, do contrário, jamais teria a capacidade de captar mais de R\$ 50 bilhões com esse instrumento. Eram também grandes credores de Tanure e do Master financiando várias operações de ambos.

9) Exatamente um ano depois de adquirir as ações da EMAE, Tanure deixa de honrar o pagamento da primeira parcela de juros das debêntures em posse do Fundo Macadâmia/XP (R\$ 138 milhões).

10) O Macadâmia tinha como garantia principal ações da EMAE, que acabaram por serem executadas e no mesmo momento vendidas à SABESP, numa operação relâmpago, realizada no intervalo de uma semana entre a inadimplência das debêntures e a venda do controle para a SABESP.

10.2. SABESP

A privatização da SABESP é mais uma fraude do governo Tarcísio. Apresentada como solução para a universalização das redes de água e esgoto, a alienação do controle da companhia para o Grupo Equatorial trouxe uma série inédita de problemas.

Os impactos foram imediatos: fornecimento de água escura e fétida na Zona Sul da capital, aumento de tarifas para famílias de baixa renda fora do CADÚNICO, rompimento de adutora na Freguesia do Ó que inundou ruas e casas, interrupção de fornecimento em Itapeverica da Serra e Guarulhos, e aumento de até 100% nas tarifas para grandes consumidores comerciais e industriais. No caso emblemático, a empresa despejou volumes enormes de esgoto no Rio Tietê, crime ambiental defendido publicamente pelo governador, com multas anunciadas apenas 40 dias depois pela CETESB e ARSESP.

Em julho de 2024, quando o Governo do Estado abriu mão do controle, a SABESP era empresa mista de controle estatal rentável, bem administrada e com capitalização de mercado acima R\$ 56,2 bilhões e suas ações eram transacionadas a R\$ 82,00. No entanto, o preço negociado pelo controle da empresa foi de 67,00, ou R\$ 6,9 bilhões, pela venda de 15% das ações, tendo a Equatorial como

a única concorrente. Estranhamente as grandes empresas de saneamento ficam de fora. Em 13/02/2026 a ação da SABESP estava em R\$ 152,50.

Para completar esse quadro obscuro, o BTG foi o coordenador da oferta ao público de outros 17% das ações da empresa ao mesmo preço! Houve um enorme deságio na venda do controle, algo inédito para empresas dessa qualidade. Já na venda ao público, houve demanda registrada de mais de R\$ 200 bilhões para uma oferta de ações de apenas R\$ 7,9 bilhões ao preço de R\$ 67,00, o que deveria elevar o preço das ações, mas a lei da oferta e procura foi revogada pelo governo nesse caso. Outros bancos participantes, como Itaú BBA e City, foram excluídos das decisões estratégicas, com o BTG e a XP definindo a distribuição. Há suspeitas fundadas de que ambos teriam favorecido a si e os clientes “amigos”.

Mas há outras situações escandalosas como a da Senhora Karla Bertocco, que presidia o Conselho de Administração da SABESP durante o processo de privatização e ocupava também cargo no Conselho da Equatorial Energia — a única empresa interessada na compra do bloco de controle.

Mas nada se compara à venturosa trajetória do Senhor Carlos Piani, Presidente da SABESP



desde outubro de 2024. Figura cultuada na Faria Lima estruturou financeiramente, como executivo da AMBIPAR, o lance vencedor do Fundo Phoenix (Nelson Tanure e AMBIPAR), operação hoje investigada no âmbito da Operação Compliance que prendeu Daniel Vorcaro, dono do Master e Nelson Tanure. Como vimos, o Phoenix foi formado por ações da AMBIPAR com valores artificialmente inflados numa operação investigada pela CVM desde julho de 2024.

Carlos Piani presidiu o Conselho de Administração da AMBIPAR entre março de 2023 até setembro de 2024 e participou de todas as decisões da empresa nesse período e é tido como estrategista das operações que levaram à

híper valorização das ações dessa empresa. Simultaneamente, entre junho e julho de 2024 foi também Presidente do Conselho de Administração da Equatorial exatamente no momento da venda do controle das SABESP por Tarcísio. Em outubro de 2024 se torna Presidente da SABESP privatizada, com a aprovação dos representantes do governo no Conselho de Administração da empresa. Nessa condição “recomprou” em outubro de 2025 a EMAE dos Fundos que ele mesmo estruturou, dando à SABESP o controle de todos os mananciais da RMSP, do fluxo dos Rios Pinheiros e Tietê, além de um negócio rentável de geração de energia elétrica em quatro usinas.

Ficam várias perguntas no ar:

1) A Secretaria de Parcerias e Investimentos foi a responsável no governo pela privatização da EMAE. Por decreto do governador, uma comissão de acompanhamento teve a atribuição de analisar os documentos e pedir esclarecimentos, inclusive para analisar a capacidade financeira e técnica dos participantes do leilão. Apesar dos alertas da CVM sobre AMBIPAR, a partir de julho de 2024, e da péssima reputação de Nelson Tanure, por que não se realizou uma investigação profunda da condição patrimonial do Phoenix? Por uma diferença de centavos por ação, a estatal francesa EDF do setor elétrico de capacidade técnica e financeira inquestionável ficou em segundo lugar.

2) Em 2024 era pública e notória a crise do Master e seu grupo, a ponto de Roberto Campos Neto, ex-presidente bolsonarista do Banco Central exigir a capitalização do banco. Nada disso acendeu o sinal de alerta da Comissão de Contratação criada pela SPI para analisar em detalhe a documentação econômica e financeira apresentada pelo Phoenix.

3) Antes da assinatura do contrato de compra e venda das ações da EMAE, em 27/09/2024 já havia investigação da CVM e artigos na imprensa econômica denunciando manipulação das ações da AMBIPAR, que compunham o patrimônio do Phoenix. Tarcísio, bom gestor e craque em números, se omitiu nesse caso. Por que?

4) Há elementos por todos os lados de situações de conluio e manipulação criminosas de mercado, tanto no caso da aquisição da EMAE pelo Fundo Phoenix, como no caso de venda do controle da SABESP para a Equatorial e das ações para o público. Como não desconfiar do uso de informação privilegiada no caso de Bertocco e de manipulação de mercado no caso de Piani? Trata-se de mais um delito grave, um crime de colarinho branco que Tarcísio fez que não viu.

5) Carlos Piani coroa sua trajetória épica de presidências (AMBIPAR, Equatorial e SABESP) e relações (Master, Tanure, XP, BTG) sendo nomeado em fevereiro de 2026 Presidente do Conselho de Administração da EMAE, depois de trabalhar em todas as pontas e armações desse processo.

A soma dos elementos analisados — deságio excessivo nas ações da SABESP, centralização da alocação de papéis no banco com vínculos políticos, ausência de concorrência efetiva, exclusão de potenciais interessados e indícios graves de conflito de interesses e homologação do leilão da EMAE tendo como vencedor um grupo suspeito e financeiramente frágil — tudo isso aponta para crimes sériíssimos e para violações aos princípios constitucionais que regem a Administração Pública.

A Operação Carbono Oculto e depois a Operação Compliance da PF confirmaram todas as suspeitas em torno do Master e associados, agravadas pela constatação do uso de Fundos da REAG para a lavagem de dinheiro do PCC e para uma valorização fake dos ativos do Banco Master e de Tanure. Será uma questão de tempo chegar à constatação do papel decisivo do governo Tarcísio nesses conluíus.



A operação Carbono Oculto, da Polícia Federal, apurou fraudes, lavagem de dinheiro e uso de empresas e fundos para ocultar recursos ilícitos e esquemas ligados ao crime organizado. Fintechs e fundos de investimento também foram alvos da PF.

11. Concessões rodoviárias e pedágios Free-Flow

O Governo do Estado resolveu conceder novos sistemas de vias rodoviárias, mais uma vez alegando a melhora do serviço e da qualidade da infraestrutura. Com isso passou nas novas concessões a pedaggiar várias rodovias secundárias, mas de grande fluxo de veículos em regiões praticamente conurbadas.

Além dos 182 postos de pedágio em operação hoje, as concessões recentes estão implantando mais 111 novos pórticos de Free Flow (pedágios sem cabine) como é o caso da Rota Sorocabana, do Circuito das Águas, da Nova Raposo, da Rota Mogiana, da região do Paranapanema e no futuro Túnel Santos Guarujá.

NOVOS CONTRATOS DE CONCESSÃO RODOVIAS - PEDÁGIOS	
CONCESSÃO	QUANTIDADE PÓRTICOS
Sorocabana*	17
Raposo-Castello	13
Novo Litoral	15
Noroeste Paulista	2
Tamoios	1
Túnel Santos Guarujá	2
Paranapanema	5
TOTAL	55
CONCESSÕES RODOVIÁRIAS A LICITAR - PEDÁGIOS FREE FLOW	
CONCESSÃO	QUANTIDADE PÓRTICOS
Mogiana (edital aberto)	19
Circuito das Águas (consulta)	37
TOTAL	56
TOTAL GERAL	111

* Para a concessão da Sorocabana, inicialmente estavam previstos 23 pórticos, porém devido à pressão social o Governador reduziu para 17. Contudo o valor tarifário permaneceu o mesmo, sendo redividido entre os outros pórticos.

O free-flow é uma estrutura com câmeras que fazem a leitura da placa do veículo, lançam à débito e os motoristas têm até 30 dias para acessar um aplicativo específico e efetuar o pagamento, caso contrário é emitida uma multa por evasão de R\$ 195,23, além da subtração de 5 pontos na CNH.

Na Rodovia dos Tamoios, por exemplo, 9.956 motoristas ainda não pagaram as tarifas de pedágio Free Flow e estão prestes a serem multados por isso. Nenhuma campanha ampla de informação foi feita e os contratos não contemplaram as situações de constantes deslocamentos entre cidades próximas de prestadores de serviço, muitas vezes de ofícios como jardineiros, pequenos empreiteiros e pequenos comerciantes.

Uma outra externalidade advinda desses novos pedágios é o que vimos na decisão da ARTESP (Deliberação nº 810/2025) que autorizou o repasse de valores adicionais às tarifas de linhas metropolitanas que circulam na Rodovia Pedro Eroles (SP-088), sob o argumento de “impactos tarifários” provenientes do pedágio free-flow. Na prática, isso representa efeitos materiais equivalentes à majoração de tarifa do transporte público, afetando diretamente milhares de usuários da Região Metropolitana de São Paulo.

Já para o início das férias de julho, Tarcísio autorizou o aumento das tarifas com índices acima da inflação. O preço nas principais rodovias concedidas vai subir de 5,16% a 10,71% sobre valores atuais cobrados. Os grandes eixos que partem da capital, a Anhanguera e a Bandeirantes terão aumentos médios acima de 6%, a Rodovia dos Imigrantes e Anchieta, acima de 8% e a Ayrton Senna/Carvalho Pinto, 5,80%. Outras rodovias: a Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, 6,86%; a Domenico Rangoni, 6,39%, em média; a Rodovia Eng. Ermênio Oliveira Penteado (Indaiatuba-Itu-Salto), acima de 7%, em média.

A inflação acumulada do período (julho de 2024/ junho de 2025) foi de 5,27% (IPCA/IBGE). Ou seja, lucro certo e boa notícia para as concessionárias, como a Autoban, Grupo CCR e Ecovias.

Mas para quem se desloca com frequência entre São Paulo e Campinas, o custo da ida e volta será de R\$ 54,80 por dia. Quem fizer o trajeto Capital/Baixada Santista terá de desembolsar ao menos R\$77,40 por dia, lembrando que em ambos os casos é significativo o número de pessoas que se deslocam todos os dias para trabalhar ou estudar.

12. Entrega de terras públicas aos grileiros



A fraude da regularização fundiária promovida pelo governo Tarcísio consiste na entrega de terras a fazendeiros invasores de terras públicas. O Governo do Estado está “vendendo” grandes áreas (acima de 15 módulos) pela aplicação da lei 17.557 de 2022, legislação que autoriza a venda de grandes extensões de terras devolutas estaduais com descontos de até 90% sobre o valor de mercado.

Embora o governo denomine o programa como de “regularização fundiária”, é simplesmente um programa de entrega de terras para ocupantes que detém irregularmente essas áreas, originadas do histórico processo de grilagem de terras públicas.

A quantidade de terras envolvidas nessa venda subsidiada é incerta, assim como o valor efetivamente praticado, pois o governo estadual não tem respondido aos Requerimentos de Informação desde março de 2024. A partir da única informação prestada pelo governo estadual se estima que está em jogo uma extensão de 720 mil hectares, beneficiando algumas centenas de fazendeiros. Para esse montante de hectares, o valor do desconto deverá se situar em mais de R\$ 18 bilhões, segundo levantamento realizado por reportagem investigativa da Folha de São Paulo..

Evidentemente fica a questão: o que poderia ser feito com parte dessas

terras públicas se o objetivo do governo fosse beneficiar famílias de agricultores sem terra ou promover a restauração florestal?

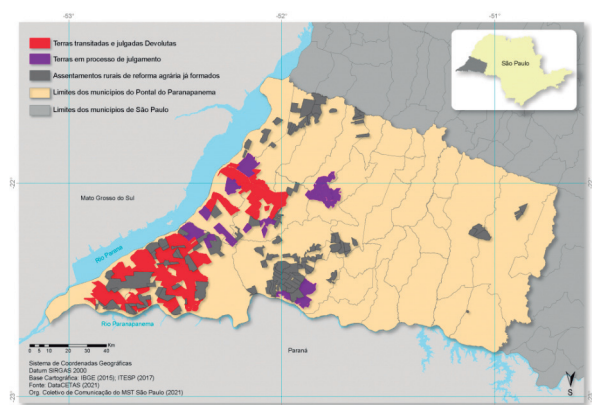
Além da venda das terras devolutas por valores vis, o governo Tarcísio também tem avançado sobre as terras do Instituto de Pesquisas. O argumento de que as terras estariam ociosas é falso, pois se trata de imóveis rurais destinados há décadas à pesquisa científica e reúnem valioso patrimônio genético, ambiental e histórico.

Em paralelo, o governador promove um desmonte na pesquisa pública, pois faltam pesquisadores de carreira e os recursos para o desenvolvimento científico

são reduzidos. As unidades de pesquisa vinculadas ao Instituto Agrônomo de Campinas - IAC ou as unidades descentralizadas da APTA - Regional são verdadeiros laboratórios a céu aberto que aguardam a retomada de uma política científica estadual. O Governador, entretanto, está mais interessado em atender o interesse imobiliário sobre essas áreas, via de regra muito bem localizadas.

Felizmente, graças a mobilização dos pesquisadores e da população das cidades onde estão as terras, a audiência pública que daria início ao processo de venda foi suspensa judicialmente por absoluta falta de transparência e dados.

As grandes áreas devolutas estão localizadas sobretudo no Pontal do Paranapanema, Sudoeste Paulista e no Vale do Ribeira.



Fonte: DataCETAS (2021) - Terras julgadas devolutas no Pontal do Paranapanema

As áreas dos institutos de pesquisa ameaçadas de venda estão localizadas em áreas hoje urbanizadas em municípios como Campinas, São Roque, Tietê, Piracicaba, Jundiaí, Sorocaba, Nova Odessa e Itapetininga.



13. A Fraude na Gestão Ambiental



A gestão Tarcísio de Freitas na área ambiental se destaca não por avanços, mas por descaso, inação e entreguismo do patrimônio público ao mercado.

Um dos símbolos da má gestão é o tratamento dos parques estaduais como ativos de mercado. Dez parques, antes sob gestão da Secretaria de Meio Ambiente, foram transferidos para a Secretaria de Parcerias e Investimentos, sob comando de Rafael Benini — figura de confiança do mercado e responsável pelos processos de desestatização.

O resultado é a substituição de critérios técnicos por critérios econômicos, transformando os

parques em “moedas de troca”, em vez de espaços de preservação, lazer e educação ambiental. Frequentadores de parques concedidos, como Villa-Lobos, Água Branca e Cândido Portinari relatam banheiros degradados, quadras quebradas, infiltrações, pichações e anos de atraso em reformas. A instalação irregular de uma churrascaria em área de patrimônio histórico protegido no Parque da Água Branca evidencia o desrespeito ao bem público. Em vez de espaços revitalizados e acessíveis, o que se vê é a mercantilização das unidades, convertidas em “marketplaces” privados que ignoram a função social e ambiental para a qual foram criadas.

Apesar desse fracasso evidente, o governo não só insiste como aprofunda o modelo: abriu consulta pública para conceder mais seis parques da capital paulista à iniciativa privada, repetindo a fórmula que já demonstrou ser danosa para o patrimônio coletivo.

Mas os problemas da política ambiental de Tarcísio vão além dos parques. Não há um projeto consistente de transição energética ou de construção de uma economia verde em São Paulo. O programa de incentivo a veículos menos poluentes é um exemplo de retrocesso: ao invés de promover a eletrificação da frota com foco nos veículos 100% elétricos, que de fato reduzem as emissões, a gestão optou por privilegiar híbridos e etanol, alinhando-se aos interesses

do agronegócio e de setores industriais específicos. Na prática, é uma política que se apresenta como sustentável, mas que apenas reforça um modelo ultrapassado, sem impacto real na redução das emissões.

A “fraude ambiental” da gestão Tarcísio é dupla: menos orçamento e menos compromisso técnico para enfrentar a crise climática e proteger a biodiversidade, combinados a um modelo de privatizações que entrega os parques e a política ambiental ao mercado, em detrimento do interesse público. O resultado é uma agenda que fragiliza a preservação ambiental, precariza espaços coletivos e sabota a necessária transição para uma economia mais limpa.

14. A Fraude nos Transportes

14.1 . A indústria da multa e o pacote de 649 novos radares do DER-SP

O anúncio da instalação de 649 novos radares nas rodovias estaduais, orçados em R\$ 83,7 milhões, não pode ser analisado apenas como uma medida de “reduzir acidentes”. Na prática, trata-se de um modelo de gestão que prioriza arrecadação e terceirização, em detrimento de políticas de mobilidade efetivas.

Experiências em rodovias brasileiras mostram que, sem investimentos em duplicação de pistas, iluminação, manutenção, sinalização adequada, policiamento e campanhas educativas, os radares funcionam mais como instrumentos punitivos do que preventivos. Limites mal calibrados, mudanças bruscas de sinalização e a “localização estratégica” dos aparelhos reforçam a percepção de que a prioridade é gerar receita via multas, não proteger vidas.



Não por acaso, esse é o tipo de notícia que o governador não estampa em suas redes sociais ou coletivas de imprensa. A ampliação massiva de radares costuma ser feita de forma sorrateira para não enfrentar a reação negativa da população.

Além disso, o histórico do estado de São Paulo no uso de radares não é imune a críticas. A interrupção abrupta dos contratos em 2021 e a posterior reconstrução em larga escala, agora com novas empresas, evidencia um setor de altíssimo interesse econômico, que movimenta cifras milionárias e mantém uma relação de dependência financeira com os cofres públicos.

A chamada “indústria da multa” não é uma teoria conspiratória, mas uma consequência previsível quando a lógica arrecadatária se sobrepõe à lógica preventiva. A fiscalização é necessária, mas quando se torna a principal política pública de trânsito, sem transparência sobre critérios técnicos, destinos da arrecadação e resultados efetivos na redução de mortes, ela perde credibilidade e se transforma em mais um mecanismo de penalização do cidadão, especialmente em um estado onde o pedágio já é um dos mais caros do país.

14.2. Concessões ferroviárias: Via Mobilidade

As concessões do transporte sobre trilhos, como as linhas 8 Diamante, 9 Esmeralda (CPTM) e a linha 5 Lilás (Metrô), são um desastre operacional. Todas são operadas pelo grupo concessionário originado da CCR, com Via Mobilidade nas duas primeiras linhas e Motiva na linha 5 Lilás.

As Linhas 8 e 9 incorrem sistematicamente em falhas e problemas operacionais. Os usuários são penalizados com atrasos e paralisações frequentes dos trens e com as péssimas condições das estações. Há problemas de superlotação das composições, de sistemas de ar condicionado que não funcionam e de segurança precária dentro dos vagões. Tudo isso revela uma péssima manutenção dos equipamentos e um atraso dos investimentos na infraestrutura exigidos contratualmente.

Como no caso da SABESP, a concessionária alega que recebeu as linhas sucateadas, mas não explica por que a piora do serviço se deu exatamente a partir de 2022 quando a Via Mobilidade assumiu a operação. Desde então ocorreram acidentes graves na linha 8 como descarrilamento na Lapa em 2023, colisões em 2022 e passageiros feridos por superlotação das plataformas em 2025. Na linha 9, um funcionário morreu eletrocutado em



2023, além de princípio de incêndio por pane elétrica no ano seguinte, um na estação Granja Julieta e outro na Estação Santo Amaro.

O fato é que preocupada em substituir o pessoal experiente da CPTM, a Via Mobilidade contratou a custo mais baixo técnicos e engenheiros sem treinamento específico e com desconhecimento do desafio operacional das linhas ferroviárias. Além disso, não vem respeitando o cronograma de investimentos. O Governo Doria/Rodrigo Garcia em seu afã de privatizar firmou um contrato leniente com a empresa, também assumido pelo Governo Tarcísio que não toma nenhuma providência em relação a essa concessão porcamente elaborada, realizada e fiscalizada.

O mesmo ocorreu com a concessão da Linha 5 Lilás do metrô, cena de uma falha que levou à morte trágica um trabalhador em maio de 2025, prensado entre as portas da estação e do vagão por falta de dispositivo automático de reabertura. São também muito frequentes falhas em equipamentos, causando a redução da velocidade dos trens, o aumento dos intervalos e, conseqüentemente, a lotação das estações e dos vagões.

O modelo João Doria/Rodrigo Garcia de concessões e privatizações foi adotado em sua totalidade por Tarcísio, com licitações e leilões questionáveis, contratos desequilibrados em favor do privado e o mínimo de regulação e fiscalização.

14.3. Mais “reequilíbrios econômicos e financeiros”

Em dezembro, ao apagar das luzes de 2025 a ARTESP autorizou o governo do estado a pagar mais de R\$ 2 bilhões às concessionárias de rodovias sob pretexto de desequilíbrios causados pela pandemia da COVID 19, entre 2020 e o final de 2022. Poucos dias depois, uma nova resolução autorizou também o pagamento de R\$ 3,7 bilhões à ACCIONA, responsável pela construção da linha 6 Laranja do metrô por riscos geológicos constatados nas cercanias da estação Higienópolis.

Serão desembolsados no total mais R\$ 6 bilhões, corrigidos pela inflação desde julho de 2025, impactando duramente a capacidade de investimento do Estado nos próximos anos. Vejamos em detalhe:

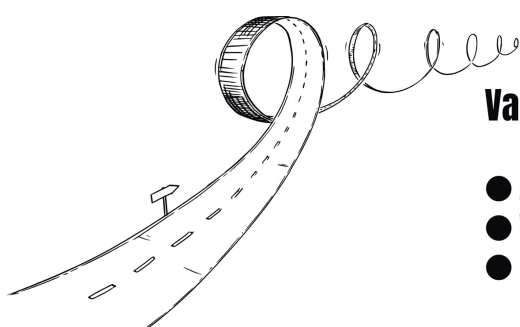
14.4 Concessionárias de rodovias.

O Conselho Diretor da ARTESP concedeu reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos com as concessionárias de rodovias estaduais ao custo de mais de R\$ 2 bilhões, o que corresponde a aproximadamente 15% da capacidade direta de investimento prevista para o Estado em 2026.

A decisão, tomada de forma célere no mês de dezembro, levanta questões quanto à sua legalidade e legitimidade. Em primeiro lugar, porque os valores estimados podem ultrapassar em muito os R\$ 2 bilhões, por terem como base julho/2025, serão corrigidos e acrescidos aos montantes relativos ao reequilíbrio das demais oito concessões elegíveis, entre elas dos trechos sul e leste do Rodoanel.

A precipitação das decisões e a ausência de transparência são suspeitas, pois não se publicaram documentos com cálculos da efetiva perda financeira em decorrência da diminuição do tráfego. Não se sabe inclusive se foram abatidas dos cálculos as reduções de custos decorrentes da diminuição do tráfego, como custos de manutenção dentre outros.

Das concessionárias que já tiveram seus pedidos considerados, quem receberá maior pagamento será a Autoban, com direito a R\$ 786 milhões pela queda de movimento no sistema Anhanguera-Bandeirantes. Só a Motiva receberá um total de R\$ 1,4 bilhão, já que ao montante relativo à Autoban se somam R\$ 228 milhões para a ViaOeste (Castelo/Raposo), R\$ 203 milhões a SPVias (Castelo/Raposo no interior), R\$ 209 milhões para a Renovias (SP-340) e R\$ 53 para o Rodoanel Oeste.



Valores discriminados por empresa:

- AutoBan: R\$ 786,2 milhões.
- ViaOeste: R\$ 228,1 milhões.
- Ecovias dos Imigrantes: R\$ 137,6 milhões.



Além do mais, indenizações nesse montante correspondem a uma espécie de renúncia de receita, não submetida à apreciação do legislativo, o que, em tese, violaria o sistema de pesos e contrapesos e transparência das contas públicas, desvirtuando o orçamento do Estado submetido o crivo do Poder Legislativo.

Por fim, a apuração dos danos cobre o período entre março de 2020 e dezembro de 2022, o que é altamente questionável, pois no ano de 2022 a economia já havia retomado o crescimento com o PIB registrando expansão de 3%, o que sugere a inclusão desse período apenas para inflar os valores da indenização, favorecendo as concessionárias.

14.5 PPP Linha 6 Laranja

Também à véspera das festas de 2025, na segunda a Deliberação nº 1073, de 19 de dezembro de 2025, a ARTESP autorizou o pagamento de R\$ 3.692.726.066,99 à Concessionária Linha Universidade S/A (liderada pela Acciona), referente ao contrato de Concessão nº 015/2013 (Linha 6-Laranja do Metrô). A decisão está fundamentada em solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro, que carece de transparência na forma de cálculo apresentada pela concessionária e de análise dos órgãos de controle.

Embora a justificativa oficial para o reequilíbrio seja as “consequências da materialização do risco geotecnológico identificado na Estação Higienópolis-Mackenzie, que ocasionou o atraso do empreendimento em 1.096 dias”, de acordo com informações da

imprensa, a razão real é acelerar a entrega de parte da linha 6 em ano eleitoral.

Em nota pública, a própria ARTESP alegou que a razão mais imediata é o acordo para a antecipação da entrega de trechos da obra, pois após a retomada das obras em 2020, os prazos de conclusão integral estavam previstos para 2024. Mas houve atrasos em vista de problemas de natureza geotécnica nas imediações da Estação Higienópolis, adiando a previsão inicial de conclusão para 2027/28, mas o “reequilíbrio contratual” visou a antecipação do prazo para entre outubro de 2026 e o final de 2027.

A justificativa do pagamento de R\$ 3,6 bilhões é garantir que a 1ª fase seja entregue em outubro de 2026, com a submissão de recursos públicos ao calendário eleitoral, o que configura abuso do poder político e econômico.





Estações da 1ª Fase (Inauguração em 2026)

1. Brasilândia (Pátio de manutenção e estação)
2. Vila Cardoso
3. Itaberaba - Hospital Vila Penteado
4. João Paulo I
5. Freguesia do Ó
6. Santa Marina (Próxima à UNIP e CTs do Palmeiras/São Paulo)
7. Água Branca (Conexão com as Linhas 7-Rubi e 8-Diamante da CPTM/ViaMobilidade)
8. Sesc-Pompéia (Destino final temporário desta fase)

Estações da 2ª Fase (Previsão para 2027/28)

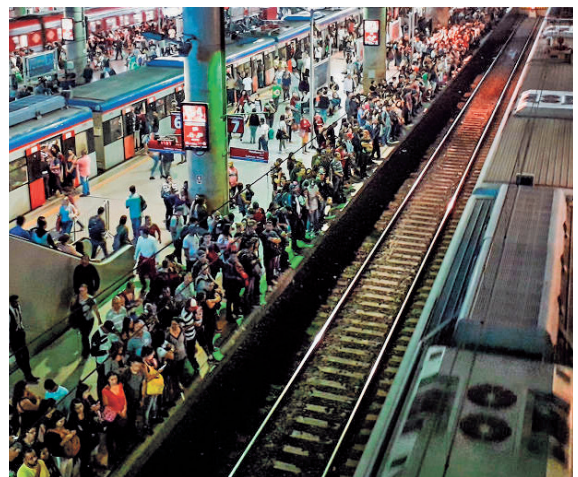
Nesta fase está o restante da linha, que exige escavações mais profundas e complexas no centro da capital:

- Perdizes
- PUC-Cardoso de Almeida
- FAAP-Pacaembu
- Higienópolis-Mackenzie (Conexão com a Linha 4-Amarela)
- 14 Bis
- Bela Vista
- São Joaquim (Conexão com a Linha 1-Azul)

Acrescente-se um elemento técnico relativo à demanda de mobilidade urbana da região norte da Capital. Conforme dados da Pesquisa de Origem e Destino do Metrô de São Paulo de 2017, mais de 80% das viagens originadas se destinam às Zonas Oeste, Sul e Central. Estas ficarão sem conexão com o trecho inaugurado, pois as Linhas do Metrô Vermelha (Barra Funda/Itaquera), Amarela (Luz/Vila Sonia) e Azul (Jabaquara/Tucuruvi) não serão acessadas pelo trecho entregue neste ano e sim em 2027/2028.

Causa perplexidade a principal razão técnica apontada seja a antecipação da entrega. A decisão está sendo tomada sem análise de impacto da elevação do número de passageiros que serão obrigados a fazer baldeações longas nas linhas 7 Rubi e 8 Diamante, ambas operando no limite, com excesso de passageiros e graves problemas de manutenção por suas atuais concessionárias a TIC TRENS e a VIA MOBILIDADE.

A Linha 7 Rubi transporta mais de 400 mil passageiros/dia e opera no limite nos horários de pico e o mesmo ocorre com a Linha 8 Diamante que chega a embarcar 900 mil pessoas/dia. Ambas sobrecarregam a Estação Barra Funda e a Linha Vermelha do Metrô que também opera no limite de sua capacidade. Justamente esse será o principal ponto de baldeação para toda a cidade dos futuros usuários da entrega incompleta da Linha Laranja.



Linha 7-Rubi opera o trecho entre as estações Palmeiras-Barra Funda e Jundiaí. É a linha de trem mais extensa da malha.

Houve algum estudo de impacto que justifique o desembolso de 3,7 bilhões adicionais para uma entrega parcial? Houve algum estudo de viabilidade e risco para o sistema como um todo pelo fato de não haver ligação direta com as principais linhas do sistema metroviário por pelo menos um ano? São questões que exigem explicações aos órgãos de controle e à ALESP, que acabou de aprovar uma Lei Orçamentária e a Lei de Diretrizes Orçamentárias que não previam esse nível de desembolso financeiro e orçamentário.

Decisão guiada por interesses eleitorais e valor de alto impacto orçamentário financeiro exigem investigação rigorosa pois guardam fortes indícios de infrações eleitorais e crimes de responsabilidade.

15. Desmonte dos Recursos para Estâncias e Municípios de Interesse Turístico

O Estado de São Paulo possui um modelo de fomento ao turismo regional baseado no repasse de recursos orçamentários às Estâncias Turísticas e aos Municípios de Interesse Turístico (MITs), previsto na Constituição do Estado e amparado por um arcabouço legal robusto. A Lei Complementar nº 1.261/2015 estabelece critérios para classificação e permanência dos municípios nessas categorias, enquanto a Lei nº 16.283/2016 define o valor anual a ser repassado a cada localidade. Historicamente, tais repasses constituem uma política pública essencial para a manutenção da infraestrutura turística, geração de emprego e preservação do patrimônio cultural e ambiental local.

No entanto, a gestão Tarcísio promoveu cortes drásticos e paralisação da política de repasses. Em 2023, os valores destinados às estâncias e MITs caíram sem qualquer justificativa,

e em 2024 e 2025, apesar de orçamento previsto, nenhum recurso foi efetivamente empenhado, evidenciando descontinuidade e descaso.

A soma dos recursos não investidos ultrapassa R\$ 1,4 bilhão na gestão Tarcísio. O descumprimento integral da execução orçamentária demonstra desprezo pelo papel do Estado no fortalecimento das gestões locais. Municípios menores, que dependem desses repasses para manter atrativos, infraestrutura e eventos turísticos, sofrem diretamente com a paralisação da política, prejudicando a economia regional e a preservação do patrimônio público.

Esse é apenas um exemplo de como a gestão Tarcísio despreza a relação com os municípios ignorando o papel central do Estado no fortalecimento das gestões locais.

Tabela da Execução Orçamentária — Estâncias e MITs

ANO	ORÇAMENTO PREVISTO (R\$)	VALOR EMPENHADO (R\$)	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO
2021	505.551.749,00	505.134.147,42	99,92%
2022	535.592.913,00	458.807.269,12	85,64%
2023	563.172.692,00	350.201.041,00	62,15%
2024	594.403.345,00	0	0%
2025	615.471.077,00	0	0%

Fonte: SIGEO.

16. A Fraude de um Governo “Sem Corrupção”

A Operação Ícaro, deflagrada pela Polícia Civil e pelo Ministério Público de São Paulo, revelou um esquema de corrupção bilionário dentro da Secretaria da Fazenda estadual, sob comando de Samuel Kinoshita, homem de confiança de Tarcísio. No epicentro das investigações está o auditor fiscal Artur Gomes da Silva, acusado de movimentar mais de R\$ 1 bilhão por meio da empresa de fachada de sua mãe, especializada na liberação de créditos acumulados de ICMS para grandes varejistas, como Ultrafarma e Fast Shop.

A gravidade do caso não reside apenas na fraude, mas no fato de que a liberação de créditos acumulados do ICMS não é uma decisão técnica isolada: trata-se de um ato de gestão política e fiscal, que depende da anuência da alta cúpula do governo. Os créditos são de dezenas de bilhões e sua liberação impacta diretamente a arrecadação do Tesouro paulista. Nenhum auditor, por mais graduado que seja, poderia movimentar tais cifras sem a concordância do comando da Secretaria e, em última instância, do governador.

O contexto torna ainda mais grave a atuação do governo Tarcísio. Desde o início de sua gestão, exportadores, que possuem créditos legítimos, reconhecidos pelo próprio fisco, vêm enfrentando enorme restrição no

reconhecimento e liberação desses valores. Enquanto isso, empresas de varejo, que dificilmente teriam direito a créditos vultosos, foram beneficiadas de forma expressiva e ágil. Essa seletividade indica que as liberações questionadas não se deram por acaso, mas obedeceram a critérios políticos e a uma estrutura de favorecimento.

A vinculação do escândalo ao governo é reforçada pelo Decreto nº 67.853/2023, assinado por Tarcísio e seus secretários, que criou um “atalho” para empresas consideradas “nos conformes” pelo fisco, facilitando a apropriação de créditos acumulados. Na prática, esse mecanismo de “via rápida” reduziu os controles e abriu espaço para operações fraudulentas, exatamente como as investigadas pela Operação Ícaro. A revogação do decreto só ocorreu após a explosão do escândalo, uma admissão tácita do envolvimento da gestão.

Os números evidenciam a magnitude do problema: pelo Programa ProAtivo, as liberações de créditos acumulados para empresas que investem em São Paulo foram reduzidas em relação a 2022, quando chegaram a R\$ 2,18 bilhões. Em 2023 caíram para R\$ 1,2 bilhão; em 2024, ficaram em R\$ 1,3 bilhão; e em 2025, sob pressão de exportadores diante do “tarifaço de Trump”, a promessa é de R\$ 1,5 bilhão. Enquanto isso, as

empresas envolvidas no esquema movimentaram cifras muito maiores em tempo recorde. A evolução patrimonial da empresa de fachada do auditor ilustra a gravidade: de R\$ 411 mil em 2021, saltou para R\$ 46 milhões em 2023 e atingiu R\$ 1 bilhão em 2024, justamente após o decreto assinado por Tarcísio.

Diante disso, algumas perguntas são inevitáveis: é plausível que um auditor tenha conduzido sozinho o maior esquema de corrupção da história da Fazenda paulista? Qual foi o papel do governador e de seus secretários na manutenção e no uso político desses créditos de ICMS?

Ao tentar se esquivar, Tarcísio afirmou que os responsáveis sentirão “a mão pesada do Estado”. Mas sua verdadeira responsabilidade não pode ser mascarada por declarações genéricas: foi sob sua gestão, com seus secretários e seu aval, que se abriu o caminho para o chamado Propinão do ICMS.

O discurso de um “governo sem corrupção” ruiu diante de um esquema que combina favorecimento empresarial, perda bilionária de arrecadação e blindagem política. Tarcísio precisa explicar por que privilegiou sonegadores enquanto exportadores aguardam créditos legítimos, e por que assinou um decreto que facilitou fraudes agora expostas pela Operação Ícaro.

A fraude do discurso de austeridade e de moralidade administrativa não

resiste à realidade: em São Paulo, sob Tarcísio, a porta do cofre público foi aberta para alimentar o maior propinão da história recente do Estado.

18.1 A conta corrente de Tarcísio e a Bolsa Empresário

A soma dos valores públicos transferidos ao empresariado atinge cifras espantosas, consideradas as benesses concedidas apenas no Governo Tarcísio:

PRIVATIZAÇÃO SABESP : R\$ 3 bilhões só na diferença entre os preços cotados em Bolsa e valor fixado para a venda das ações em 2024. Em 2026 esta diferença se situaria acima de R\$ 18 bilhões.

TERRAS DEVOLUTAS: R\$ 18 bilhões em favor dos ocupantes das terras griladas, considerando a diferença entre os preços de venda e os preços de mercado.

DESEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO: R\$ 2 bilhões para concessões rodoviárias por redução de tráfego entre 2020/22.

ANTECIPAÇÃO DE ENTREGA PARCIAL DA LINHA 6: R\$ 3,7 bilhões.

RENÚNCIAS FISCAIS EM 2025: R\$ 85 bilhões.

EM APURAÇÃO PELOS ÓRGÃO DE CONTROLE: Os bilhões de sonegação do Propinão, a compra bilionária de softwares e sistemas para educação, envolvendo interesses empresariais do secretário Feder.

Conclusão: Tarcísio, uma índole de submissão

O Secretário de governo, Gilberto Kassab, lamentou publicamente o comportamento submisso de Tarcísio de Freitas, referindo-se a desistência de sua candidatura à presidência da república em 2026. Nascido e ungido candidato em São Paulo pelo bolsonarismo, Tarcísio se alinhou desde sempre com a extrema direita nas pautas conservadoras, regressivas e nos ataques ao Governo Lula. Imaginou que isso o habilitaria como o escolhido por Bolsonaro, vendendo a estampa de um extremista moderado. Nesse caso, a pecha de submissão não causa surpresa alguma.

Mas Kassab foi benevolente com o seu chefe, porque há outras atitudes subalternas tão graves quanto a submissão política. Tarcísio se submete aos interesses econômicos e financeiros do grande capital, especialmente os da Faria Lima, em cujos salões é frequentador assíduo. Neste trabalho mencionamos as manipulações para “baratear” o controle da SABESP, a entrega da EMAE a um grupo de escroques, a venda das terras do Pontal a preços de banana, os pagamentos superiores a R\$ 6 bilhões, recém autorizados, às concessionárias de rodovias e metrô entre outros.

É também submisso aos interesses globais dos EUA e do governo Trump, cuja eleição em 2024 comemorou enfiando um boné do MAGA na cabeça. Concordou com

as tarifas abusivas impostas aos produtos brasileiros e defendeu “é preciso dar uma vitória ao Trump”. Rejeitou a resposta soberana e firme do Governo Lula, que guiou depois outros países democráticos na mesma direção.

A imagem de submissão aos interesses políticos do bolsonarismo, aos interesses econômicos dos donos do dinheiro e ao imperialismo trumpista vai se impor e corroer sua imagem pública. Não haverá marketing de governo ou de campanha política capaz de apagar suas falas e atitudes de subordinação.

Diferentemente do que a mídia difunde, Tarcísio não terá vida fácil nessas eleições. Renunciou a concorrer à presidência, com a ilusão de que terá uma campanha segura ao governo do estado. Afinal, como sua visão de desenvolvimento é a distribuição de vantagens generosas à elite empresarial e financeira deve achar que o apoio do mercado lhe garante a eleição.

Mas um governo sem realizações, poucas entregas e muitos indícios de favorecimento de interesses escusos e corruptos, descortina um candidato frágil e vulnerável. Só a Faria Lima, o marketing e suas mentiras não resolverão esta eleição.

Ao contrário do que muitos acham, esta é uma disputa favorável ao Partido dos Trabalhadores.

BANCADA DA FEDERAÇÃO PT/PCdoB/PV



Ana Perugini
@anaperugini



Beth Sáhão
@bethsahao



Donato
@donatopt



Dr. Jorge do Carmo
@depdrjorgedocarmo



Eduardo Suplicy
@eduardosuplicy



Enio Tatto
@deputadoeniotatto



Emídio de Souza
@emidiodesouzaoficial



Leci Brandão
@deputadalecibrandao



Luiz Claudio Marcolino
@lcmarcolino13



Luiz Fernando
@luizfernandopt13



Márcia Lia
@depmarcialia



Maurici
@deputadomaurici



Paulo Fiorilo
@fiorilopaulo



Professora Bebel
@professorabebel



Reis
@reisptsp



Simão Pedro
@simaopedrochiovetti



Rômulo Fernandes
@13romulofernandes



Teonílio Barba
@teonilio_barba



Thainara Faria
@thainarafaria13



BANCADA DO **PT**